



Demonstrações Financeiras 2020

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento União de Estados Rio Grande
do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi
Uniestados**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados

Erechim / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020 do BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



EY

Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



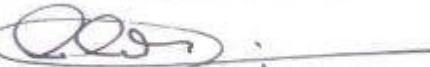
Building a better
working world

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sicredi UniEstados, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparéncia na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: No ano de 2020, haja impactos decorrentes da pandemia Covid-19, grande parte do Fundo Social foi destinado a área da Saúde, que aprovou projetos de apoio aos profissionais de saúde, infraestrutura, equipamentos hospitalares. Também culminou com a doação de cestas básicas para atender as famílias cadastradas no Projeto Mesa Brasil, do SESC. Ao longo de 2020, as ações de Educação Financeira tiveram de se reinventar em razão da pandemia. Mesmo assim, foram realizadas palestras, cursos, workshops, campanhas, entrevistas e ações de atendimento e conscientização. Foram impactados inúmeros públicos, dentre eles, grupos de mulheres, idosos, colaboradores de empresas, alunos de escolas da região, acadêmicos de vários cursos de graduação, entre outros.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: Reinauguração das Agências: Erechim Jaime Lago/RS, Maximiliano de Almeida/RS e Itá/SC, Inauguração da nossa Sede Administrativa em Erechim/RS; Inauguração das Agencias: Empresarial Erechim/RS, Empresarial Concórdia/SC, Erval Velho/SC, Poços de Caldas/MG e Machado/MG, implantação de um novo sistema de Caixa e nova plataforma de atendimento pessoa física, implantação do atendimento via WhatsApp Corporativo e a atualização e aplicação das novas políticas de segurança de redes e infraestrutura.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Cooperco com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos o bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentre as ações de enfrentamento à pandemia, destacamos dentre diversas ações a disponibilização de linhas de crédito que puderam auxiliar seus associados na continuidade de seus negócios. Foram disponibilizadas linhas de crédito normatizadas pelo poder público: Pronampe, K-Giro, PEAC-FGI e Saque Aniversário FGTS, além de linhas de crédito desenvolvidas pela própria Cooperativa: Capital de Giro Emergencial, Crédito Simplificado Pequeno Produtor Rural e Capital de Giro MEI.

Outra ação realizada pela Cooperativa refere-se à redução das taxas de cheque especial e cheque empresarial, tal ação teve como principal intuito desonerar o associado e possibilitar que tais recursos fossem utilizados como o associado assim o desejasse. Além disso fora disponibilizado aos associados a possibilidade da prorrogação de operações de crédito de acordo com sua necessidade, tendo em vista que muitos tiveram suas atividades e negócios afetados pela pandemia.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

ATIVO		31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		3.219.652	2.075.168	PASSIVO		2.882.682	1.806.198
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	12.247	19.839	DEPÓSITOS	(Nota 12)	2.023.186	1.279.268
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.158.085	2.017.541	Depósitos à vista		440.526	228.057
Aplicações interfinanceiros de liquidez	(Nota 05)	26.410	55.165	Depósitos interfinanceiros		220.175	110.800
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	451.353	332.554	Depósitos a prazo		1.362.485	940.411
Centralização financeira	(Nota 04)	386.183	141.068	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		752.931	445.890
Relações interfinanceiras ativas		446	636	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	690.600	400.978
Operações de crédito	(Nota 07)	2.218.034	1.432.973	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	36.450	36.263
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	75.659	55.145	Obrigações por repasses	(Nota 15)	2.026	-
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(60.640)	(50.663)	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	23.855	8.649
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	6.050	4.990	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	2.677	3.329
INVESTIMENTOS	(Nota 10)	38.516	29.497	OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	103.888	77.711
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 11)	57.114	45.376	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	336.970	268.970
INTANGÍVEL	(Nota 11)	8.280	8.588	CAPITAL SOCIAL		113.842	92.868
				RESERVAS DE SOBRAS		198.685	155.197
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		24.443	20.905
TOTAL DO ATIVO		3.219.652	2.075.168	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.219.652	2.075.168

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais -
Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71**

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	112.153	223.903	205.305
Operações de crédito (Nota 07)	106.245	211.627	195.597
Resultado títulos e valores mobiliários	5.886	12.243	9.688
Resultado das aplicações compulsórias	22	33	20
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(39.315)	(82.862)	(87.041)
Operações de captação no mercado	(15.658)	(34.851)	(49.745)
Operações de empréstimos e repasses	(12.688)	(23.856)	(17.130)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(10.969)	(24.155)	(20.166)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	72.838	141.041	118.264
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(32.493)	(63.902)	(51.772)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	30.177	57.206	50.511
Rendas de tarifas bancárias	2.737	5.345	9.091
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 22)	(32.166)	(62.291)	(55.938)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 23)	(25.937)	(49.465)	(46.967)
Dispêndios e despesas tributárias	(611)	(1.496)	(1.752)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 24)	12.355	21.927	31.212
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 25)	(19.048)	(35.128)	(37.929)
RESULTADO OPERACIONAL	40.345	77.139	66.492
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(145)	(350)	2.249
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	40.200	76.789	68.741
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(341)	(3.416)	(3.998)
Provisão para Imposto de Renda	(168)	(2.075)	(2.450)
Provisão para Contribuição Social	(173)	(1.341)	(1.548)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.153)	(7.525)	(6.865)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	35.706	65.848	57.878

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	89.111	118.143	1.405	19.675	228.334
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(10.079)	(10.079)
Destinações para reservas	-	6.505	-	(6.505)	-
Destinação para Fates	-	-	-	(1.200)	(1.200)
Fundos a Repassar - FGR	-	-	-	(1.802)	(1.802)
Outras destinações	-	-	-	(89)	(89)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.558	-	-	-	3.558
Baixas de capital	(5.053)	-	-	-	(5.053)
Reversões de reservas	-	-	(1.405)	1.405	-
Resultado do período	-	-	-	57.878	57.878
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.489)	(2.489)
Juros sobre o capital próprio	5.252	-	-	(5.340)	(88)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.887	-	(24.887)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.493	(1.493)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.169	-	(4.169)	-
Saldos no final do período em 31/12/2019	92.868	153.704	1.493	20.905	268.970
Mutações do Período	3.757	35.561	88	1.230	40.636
Saldos no início do período em 01/01/2020	92.868	153.704	1.493	20.905	268.970
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.977	-	-	(9.931)	(4.954)
Destinações para reservas	-	9.478	-	(9.478)	-
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(1.423)	(1.423)
Outras destinações	-	-	-	(73)	(73)
Capital de associados					
Aumento de capital	16.581	-	-	-	16.581
Baixas de capital	(3.388)	-	-	-	(3.388)
Reversões de reservas	-	-	(1.493)	1.493	-
Resultado do período	-	-	-	65.848	65.848
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.086)	(3.086)
Juros sobre o capital próprio	2.804	-	-	(2.828)	(24)
Reserva legal - Estatutária	-	30.862	-	(30.862)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.851	(1.851)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.790	-	(2.790)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Saldos no final do período em 31/12/2020	113.842	196.834	1.851	24.443	336.970
Mutações do Período	20.974	43.130	358	3.538	68.000
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	100.077	163.182	1.493	30.142	294.894
Capital de associados					
Aumento de capital	12.884	-	-	-	12.884
Baixas de capital	(1.923)	-	-	-	(1.923)
Reversões de reservas	-	-	(1.493)	1.493	-
Resultado do período	-	-	-	35.706	35.706
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(3.086)	(3.086)
Juros sobre o capital próprio	2.804	-	-	(2.828)	(24)
Reserva legal - Estatutária	-	30.862	-	(30.862)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.851	(1.851)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.790	-	(2.790)	-
Fundo Social	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Saldos no final do período em 31/12/2020	113.842	196.834	1.851	24.443	336.970
Mutações do Período	13.765	33.652	358	(5.699)	42.076

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e
 Minas Gerais - Sicredi Uniestados
 CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71**

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	39.546	79.968	67.597
Resultado do semestre/exercício	35.706	65.848	57.878
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.840	14.120	9.719
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.097	9.977	6.650
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(5)	(5)	156
Depreciação e amortização	3.948	7.251	5.553
Baixas do ativo permanente	404	635	211
(Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(518)	(652)	(362)
Destinações ao FATES	(3.086)	(3.086)	(2.489)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	58.154	180.652	(234.757)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	20.533	28.755	13.285
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	21.575	(118.799)	(235.499)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	10.349	190	(355)
(Aumento) em operações de crédito	(643.901)	(785.061)	(423.576)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	279.048	289.622	76.849
(Aumento) em outros ativos financeiros	(20.246)	(20.514)	(17.997)
(Aumento) Redução em outros ativos	30	(1.055)	3.341
Aumento em depósitos	357.267	743.918	289.360
Aumento em passivos financeiros	1.338	15.206	1.816
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	96	2.213	36.263
Absorção de dispêndios pelo FATES	(428)	(1.551)	(2.310)
Aumento em outros passivos	32.493	27.728	24.066
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	97.700	260.620	(167.160)
Aquisição de investimentos	(5.879)	(9.019)	(3.139)
Aquisição de imobilizado de uso	(10.659)	(16.781)	(25.760)
Aplicações no intangível	(1.102)	(2.535)	(1.167)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(17.640)	(28.335)	(30.066)
Integralização de capital	12.884	16.581	3.558
Baixa de capital	(1.923)	(3.388)	(5.053)
Fundo Social	(1.481)	(1.481)	-
Juros ao capital próprio	(24)	(24)	(88)
Distribuição de Sobras	-	(6.450)	(13.170)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	9.456	5.238	(14.753)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	89.516	237.523	(211.979)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	308.914	160.907	372.886
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	398.430	398.430	160.907

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa
Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados**
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	35.706	65.848	57.878
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	35.706	65.848	57.878

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União de Estados Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais - Sicredi Uniestados ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 14/04/1981 e sede situada na Avenida Sete de Setembro, 689, na cidade de Erechim - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 52 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOP), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explanatória; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 09 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídos na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, , os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa nº 7;

II - Provisão para riscos civis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.
O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa nº 17;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que uma ativa possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	12.247	19.839
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	386.183	141.068
Total	398.430	160.907

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
DI entre Banco e Cooperativa	-	2.177	24.233	26.410	55.165
Total	-	2.177	24.233	26.410	55.165
Total circulante			2.177	25.088	
Total não circulante			24.233	30.077	

As aplicações de DI entre Banco e Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na adquirência e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente. Também foram realizadas aplicações com o Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades), com taxa de remuneração de 100% do CDI.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer			Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Cotas de fundos de renda fixa	67.469		-	67.469	332.554
Cotas de fundos multimercado	383.884		-	383.884	-
Total	451.353	-	-	451.353	332.554
Total circulante			451.353	332.554	

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA. O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019
		A vencer			Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira
Empréstimos e títulos descontados	6.668	139.764	325.622	877.615	1.349.669
Financiamentos	410	21.522	115.355	161.982	299.269
Financiamentos rurais e agroindustriais	294	64.404	311.118	193.280	569.096
Total das operações de crédito	7.372	225.690	752.095	1.232.877	2.218.034
Avalis e fianças honrados	228	-	5	19	252
Títulos e créditos a receber	-	51.239	17.338	33	68.610
Total de outros créditos	228	51.239	17.343	52	68.862
Carteira total	7.600	276.929	769.438	1.232.929	2.286.896
Total circulante				1.053.967	851.740
Total não circulante				1.232.929	629.688

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	60.239	170	-	-
A	0,50	861.942	479.980	4.304	2.400
B	1,00	949.350	638.670	9.487	6.387
C	3,00	309.593	267.094	9.283	8.013
D	10,00	48.528	48.317	4.853	4.832
E	30,00	24.634	18.092	7.390	5.428
F	50,00	10.503	8.027	5.251	4.014
G	70,00	7.607	6.215	5.325	4.351
H	100,00	14.500	14.863	14.502	14.865
Total		2.286.896	1.481.428	60.395	50.290

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 245 (dezembro de 2019 - R\$ 373).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 436.124 (dezembro de 2019 - R\$ 395.355) onde estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 27). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 5.661 (dezembro de 2019 - R\$ 5.322) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2020			31/12/2019	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	5.515	100.016	171.894	347.840	625.265	425.103
Rural	294	64.404	311.118	193.280	569.096	372.083
Industrial	82	14.164	30.907	102.084	147.237	94.336
Comércio	818	46.073	116.721	241.774	405.386	265.891
Outros serviços	891	52.272	138.798	347.951	539.912	324.015
Total	7.600	276.929	769.438	1.232.929	2.286.896	1.481.428
Total circulante					1.053.967	851.740
Total não circulante					1.232.929	629.688

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	129.487	5,66	111.937	7,56
50 devedores seguintes	311.359	13,61	215.428	14,54
100 devedores seguintes	255.456	11,17	168.211	11,35
Demais	1.590.594	69,55	985.852	66,55
Total	2.286.896	99,99	1.481.428	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	50.663	44.013
Constituição de provisão	60.266	51.781
Reversão de provisão	(36.111)	(31.615)
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.178)	(13.516)
Saldo final	60.640	50.663

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	74.334	152.879	148.503
Financiamentos	13.513	26.525	20.541
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.157	27.877	21.052
Outros	113	206	198
Subtotal	103.117	207.487	190.294
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	3.128	4.140	5.303
Total	106.245	211.627	195.597

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 71.598 (2019 - R\$ 49.494).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	68.610	47.507
Rendas a receber	4.654	3.563
Créditos específicos	-	130
Avaís e fianças honrados (Nota 07)	252	948
Operações com cartões	616	622
Devedores por depósitos em garantia	1.527	2.375
Total	75.659	55.145
Total circulante	74.080	52.762
Total não circulante	1.579	2.383

Os Títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	2.806	1.820
Adiantamentos e antecipações salariais	317	101
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	170	684
Adiantamentos para Confederação Sicredi	1.294	1.361
Impostos e contribuições a compensar	84	62
Cotas de consórcio	417	334
Pendências a regularizar	519	28
Outros	443	600
Total circulante	6.050	4.990

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	2.874	1.728
Imóveis	2.874	1.623
Veículos e afins	-	105
Despesas antecipadas	(28)	200
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(176)	(181)
Total circulante	2.670	1.747
Despesas antecipadas	136	73
Total não circulante	136	73

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(181)	(25)
Constituição de provisão	(60)	(181)
Reversão de provisão	65	25
Saldo final	(176)	(181)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	17.403	15.058
Sicredi Participações S.A.	21.112	14.438
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	38.516	29.497

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	6.853.541 ON	5.442.633 ON	1	1	17.402.669	15.057.906
	14.258.599 PN	11.319.204 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,79%	1,59%	0,62%	0,52%	4,29%	3,86%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	21.112	14.438	1	1	17.403	15.058

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	31/12/2020		31/12/2019	
			Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Imobilizado de uso	-	73.324	(16.210)	57.114	45.376	
Imobilizações em curso	-	10.146	-	10.146	13.822	
Terrenos	-	8.542	-	8.542	8.542	
Edificações	4%	18.349	(1.989)	16.360	2.994	
Instalações	10%	4.190	(1.164)	3.026	2.770	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.110	(1.424)	2.686	2.503	
Móveis e equipamentos	10%	13.928	(4.103)	9.825	8.267	
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.872	(1.148)	2.724	2.132	
Equipamentos de processamento de dados	20%	9.384	(5.819)	3.565	3.898	
Veículos	20%	803	(563)	240	448	
Intangível		22.419	(14.139)	8.280	8.588	
Investimentos Confederação		21.753	(14.002)	7.751	8.542	
Outros ativos intangíveis		666	(137)	529	46	

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referer-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	440.526	-	-	440.526	228.057
Depósitos interfinanceiros	-	208.724	11.451	220.175	110.800
Depósitos a prazo	33.738	57.762	1.270.985	1.362.485	940.411
Total	474.264	266.486	1.282.436	2.023.186	1.279.268
Total circulante				740.750	383.690
Total não circulante				1.282.436	895.578

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	690.600	400.978
Total	690.600	400.978

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	65.949	369.446	254.667	690.062	400.978
Total - Recursos do Crédito Rural	65.949	369.446	254.667	690.062	400.978
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	538	-	538	-
Total - Outros Recursos	-	538	-	538	-
Total circulante				435.933	327.289
Total não circulante				254.667	73.689

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/12/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	209	36.241	36.450	36.263
Total	-	209	36.241	36.450	36.263
Total circulante				209	22
Total não circulante				36.241	36.241

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	193	613	1.220	2.026	-
Total	193	613	1.220	2.026	-
Total circulante				806	-
Total não circulante				1.220	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 27/10/2023.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.661	5.322
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	31	-
Recursos em trânsito de terceiros	3.163	3.327
Total circulante	8.855	8.649
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas	15.000	-
Total não circulante	15.000	-
Total	23.855	8.649

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em junho de 2020 com vencimento em junho de 2030 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	2.315	3.122
Cível	Provável	362	207
Total não circulante		2.677	3.329

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	3.122	494	(1.301)	2.315
Cível	207	197	(42)	362
Total não circulante	3.329	691	(1.343)	2.677

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.682; R\$ 444 e R\$ 498 (dezembro de 2019 - R\$ 21; R\$ 552 e R\$ 688), respectivamente.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	66.250	45.501
Provisão para pagamentos a efetuar	5.671	5.427
Cotas de capital a pagar	3.087	2.810
Provisão para participações nos lucros	7.599	6.940
Fundo de assistência técnica, educacional e social	4.130	2.578
Demais fundos constituídos	1.707	-
Impostos e contribuições a recolher	4.788	4.857
Credores diversos	5.041	4.693
Cheques administrativos	3.977	4.328
Cobrança e arrecadação de tributos	3	511
Pendências a regularizar	1.635	66
Total Circulante	103.888	77.711

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	113.842	92.868
Total de associados	113.811	100.808

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ 20.974 (2019 – R\$3.757), sendo R\$ 7.781 (2019 – R\$ 5.252) via integralização de resultados e R\$ 16.581 (2019 – R\$ 3.558), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.388 (2019 – R\$ 5.053).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,86% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.828, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 50% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a reserva de expansão; destinada a apoiar financeiramente as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação, visando a abertura de unidades de atendimento;
- 2,4% para a constituição do Fundo Social; destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	76.789	68.741
Participação nas sobras	(7.525)	(6.865)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	69.264	61.876
 Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	 (27.706)	 (24.750)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	22.960	18.574
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	1.131	2.136
Demais adições e exclusões previstas na legislação	199	42
 Imposto de renda e contribuição social do exercício	 (3.416)	 (3.998)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	26.410	55.165
Titulos e valores mobiliários (Nota 06)	451.353	332.554
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	386.183	141.068
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	4.004	3.017
Outros ativos (Nota 09)	1.294	1.400
Investimentos (Nota 10)	38.516	29.497
Intangível (Nota 11)	7.751	8.542
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	220.175	110.800
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	690.600	400.978
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	36.450	36.263
Outros passivos (Nota 18)	63.647	45.381
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Cooperativas (Nota 16)	15.031	-
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	12.243	9.688
Ingressos e receitas de prestação de serviços	23.845	19.336
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	7.484	20.596
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	-	2.442
Despesas		
Operações de captação no mercado	4.886	843
Operações de empréstimos e repasses	23.813	17.130
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	1.758	3.952
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	15.098	14.600

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	180	0,04%	180
Depósitos a prazo	490	0,04%	349
Operações de crédito	2.228	0,10%	4.374

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.112	2.919

NOTA 22 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	18.432	35.926	32.400
Benefícios	5.862	11.472	9.839
Encargos sociais	7.677	14.404	12.799
Treinamentos	195	489	900
Total	32.166	62.291	55.938

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	639	1.281	1.044
Aluguéis	2.433	4.602	4.128
Comunicação	1.089	2.168	2.579
Manutenção e conservação	1.983	3.672	3.455
Material de expediente	570	996	801
Processamento dados	742	1.478	1.280
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	2.710	5.106	6.336
Serviços do sistema financeiro	2.151	4.200	3.779
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.722	4.691	3.786
Serviços de vigilância e segurança	1.946	3.745	3.145
Serviços de transportes	878	1.993	3.381
Depreciação	2.342	4.408	3.364
Amortização (Rateio Confederação)	1.540	2.710	2.190
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	428	1.551	2.310
Ressarcimento tarifas	854	1.683	1.367
Emolumentos e taxas diversas	622	989	853
Outras despesas administrativas	2.288	4.192	3.169
Total	25.937	49.465	46.967

NOTA 24 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	428	1.551	2.310
Utilização de fundo social	782	1.549	-
Recuperação de encargos e despesas	1.020	1.528	1.726
Ingressos depósitos intercooperativos	3.377	6.641	19.753
Reversão de provisões operacionais	2.772	4.778	4.296
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.358	2.581	2.202
Reversão de provisões para passivos contingentes	1.092	1.343	575
Aluguel de máquina - cartões sicredi	508	508	-
Outras rendas operacionais	1.018	1.448	350
Total	12.355	21.927	31.212

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.131	4.132	3.697
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	413	1.167	1.067
Contribuição Confederação Sicredi	6.982	13.227	12.406
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	772	1.381	1.241
Encargos da administração financeira	1	4	113
Repasso Administradora de Cartões	-	182	480
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.564	2.919	3.169
Provisões para passivos contingentes	574	691	212
Outras provisões operacionais	2.199	4.229	3.789
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.201	3.742	2.468
Risco operacional	1.592	2.174	1.548
Juros e comissões	114	166	76
Despesa de securitização	-	28	6.078
Outras despesas operacionais	434	943	1.454
Total	19.048	35.128	37.929

NOTA 26 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	35.706	65.848	57.878
Eventos não recorrentes	-	-	(2.442)
Resultado recorrente	35.706	65.848	55.436

NOTA 27 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	436.010	395.204
Coobrigações em cessões de crédito	114	151
Total	436.124	395.355

Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 28 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades têm como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistematicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 29 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

	31/12/2020	31/12/2019
Limites operacionais		
Patrimônio de Referência (PR)		
Nível I (NI)		
Capital principal - CP	343.721	260.382
Capital social	328.690	260.382
Reservas de capital	113.842	92.868
Lucros acumulados	198.685	155.197
Ajustes Prudenciais	24.443	20.905
	(8.280)	(8.588)
Nível II (NII)		
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	15.031	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)		
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.519.956	1.809.956
Margem de Capital		
Índice de Basileia (PR / RWA)	3.068	3.382
Situação de Imobilização (Imob)	107.557	66.955
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13.64%	14,39%
	57.115	45.377
	16.62%	17,43%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 30 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Elisandro Luis Marmentini
Diretor Executivo
CPF: 543.126.980-15

Jaime Célio Testolin
Diretor de Operações
CPF: 740.887.260-49

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20